

Relatório da administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No primeiro semestre de 2019 a Filial apresentou um lucro líquido de R\$ 33,1 milhões, *versus* um lucro líquido de R\$ 5,4 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2018. A variação no período reflete, principalmente, o aumento no resultado da intermediação financeira.

Em 30 de junho de 2019 a Filial possui títulos privados classificados como "mantidos até o vencimento". Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-los nesta classificação em atendimento a Circular nº 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia

A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16%.

Gerenciamento de Riscos

A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme

determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no site da instituição na *internet*, no <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Agradecimentos

A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 22 de agosto de 2019.

A Diretoria

Balço patrimonial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	2019		2018		Passivo	2019		2018	
Circulante	30.297.680	15.397.818	Circulante	30.307.884	14.701.207	Depósitos	797.363	1.848.627	
Disponibilidades	5.456	40.071	Depósitos à vista	711	320	Depósitos a prazo	448.524	1.461.904	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.200.685	3.466.279	Depósitos interfinanceiros	348.128	386.403	Captações no mercado aberto	12.832	1.253	
Aplicações no mercado aberto	4.200.685	3.316.266	Depósitos a prazo	448.524	1.461.904	Carteira própria	834	1.253	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	150.013	Carteira de terceiros	11.998	-	Relações interdependências	25.919	27.824	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	654.916	877.386	Relações interdependências	25.919	27.824	Recursos em trânsito de terceiros	25.919	27.824	
Carteira própria	167.844	1.281	Obrigações por empréstimos	6.974.294	4.137.244	Obrigações por empréstimos	6.974.294	4.137.244	
Vinculados a compromissos de recompra	837	1.266	Empréstimos no exterior	6.974.294	4.137.244	Empréstimos no exterior	6.974.294	4.137.244	
Vinculados à prestação de garantias	320.363	390.342	Instrumentos financeiros derivativos	191.760	313.229	Instrumentos financeiros derivativos	191.760	313.229	
Instrumentos financeiros derivativos	165.872	484.497	Instrumentos financeiros derivativos	191.760	313.229	Outras obrigações	22.305.716	8.373.030	
Relações interfinanceiras	1.256	1.258	Outras obrigações	22.305.716	8.373.030	Carteira de câmbio	22.207.378	8.314.527	
Créditos vinculados:			Carteira de câmbio	22.207.378	8.314.527	Fiscais e previdenciárias	18.285	7.084	
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.197	1.197	Fiscais e previdenciárias	18.285	7.084	Negociação e intermediação de valores	77	92	
Correspondentes	59	61	Negociação e intermediação de valores	77	92	Diversas	79.976	51.327	
Operações de crédito	289.673	310.825	Diversas	79.976	51.327	Exigível a longo prazo	1.790.653	1.174.520	
Operações de crédito - setor privado	90.016	26.356	Exigível a longo prazo	1.790.653	1.174.520	Depósitos	178.147	558.474	
Financiamentos - setor privado	200.013	287.602	Depósitos	178.147	558.474	Depósitos a prazo	178.147	558.474	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(356)	(3.133)	Depósitos a prazo	178.147	558.474	Obrigações por empréstimos	757.997	194.530	
Outros créditos	25.145.461	10.701.664	Obrigações por empréstimos	757.997	194.530	Empréstimos no exterior	757.997	194.530	
Carteira de câmbio	25.118.859	10.690.329	Empréstimos no exterior	757.997	194.530	Instrumentos financeiros derivativos	74.772	29.464	
Rendas a receber	4.843	1.750	Instrumentos financeiros derivativos	74.772	29.464	Instrumentos financeiros derivativos	74.772	29.464	
Negociação e intermediação de valores	1.696	1.505	Outras obrigações	779.737	392.052	Outras obrigações	779.737	392.052	
Diversos	63.415	45.269	Outras obrigações	779.737	392.052	Carteira de câmbio	714.634	322.978	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(43.352)	(37.189)	Carteira de câmbio	714.634	322.978	Fiscais e previdenciárias	2.933	-	
Outros valores e bens	233	335	Fiscais e previdenciárias	2.933	-	Diversas	62.170	69.074	
Despesas antecipadas	233	335	Diversas	62.170	69.074	Resultados de exercícios futuros	7.112	2.814	
Realizável a longo prazo	2.431.555	1.065.434	Resultados de exercícios futuros	7.112	2.814	Resultado de exercícios futuros	7.112	2.814	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	721.866	271.906	Resultado de exercícios futuros	7.112	2.814	Patrimônio líquido	632.371	586.543	
Carteira própria	651.215	231.810	Patrimônio líquido	632.371	586.543	Capital:			
Instrumentos financeiros derivativos	70.651	40.096	Capital:			De domiciliados no exterior	458.260	458.260	
Operações de crédito	878.273	294.918	De domiciliados no exterior	458.260	458.260	Aumento de capital	-	-	
Operações de crédito - setor privado	431.148	101.003	Aumento de capital	-	-	Reserva de capital	4.413	3.513	
Financiamentos - setor privado	448.551	194.597	Reserva de capital	4.413	3.513	Reserva de lucros	169.698	124.770	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(1.426)	(682)	Reserva de lucros	169.698	124.770				
Outros créditos	831.416	498.610							
Carteira de câmbio	664.851	325.158							
Rendas a receber	5	-							
Diversos	166.560	173.452							
Permanente	8.785	1.832							
Investimentos	18	39							
Outros investimentos	18	39							
Imobilizado de uso	7.941	1.772							
Outras imobilizações de uso	9.271	13.149							
(-) Depreciações acumuladas	(1.330)	(11.377)							
Intangível	826	21							
Ativos intangíveis	901	385							
(-) Amortização acumulada	(75)	(364)							
Total do ativo	32.738.020	16.465.084	Total do passivo	32.738.020	16.465.084				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	350.492	30.616	3.170	35.947	83.362	-	503.587
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	5.461	5.461
Aumento de capital	107.768	(30.616)	-	-	-	-	77.152
Outras reservas	-	-	343	-	-	-	343
Saldos em 30 de junho de 2018	458.260	-	3.513	35.947	83.362	5.461	586.543
Saldos em 31 de dezembro de 2018	458.260	-	4.218	36.810	99.754	-	599.042
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	33.134	33.134
Outras reservas	-	-	195	-	-	-	195
Saldos em 30 de junho de 2019	458.260	-	4.413	36.810	99.754	33.134	632.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre		Semestre		
	2019	2018	2019	2018	
Receitas da intermediação financeira	242.990	728.537	Receitas da intermediação financeira	242.990	728.537
Operações de crédito	22.827	80.951	Operações de crédito	22.827	80.951
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	211.553	151.594	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	211.553	151.594
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.610	121.608	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.610	121.608
Resultado de operações de câmbio	-	374.384	Resultado de operações de câmbio	-	374.384
Despesas de intermediação financeira	(162.292)	(695.089)	Despesas de intermediação financeira	(162.292)	(695.089)
Operações de captação no mercado	(75.846)	(66.670)	Operações de captação no mercado	(75.846)	(66.670)
Operações de empréstimos e repasses	32.925	(633.555)	Operações de empréstimos e repasses	32.925	(633.555)
Resultado de operações de câmbio	(122.489)	-	Resultado de operações de câmbio	(122.489)	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(115.307)	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(115.307)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.118	120.443	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.118	120.443
Resultado bruto da intermediação financeira	80.698	33.448	Resultado bruto da intermediação financeira	80.698	33.448
Outras receitas/despesas operacionais	(24.978)	(23.965)	Outras receitas/despesas operacionais	(24.978)	(23.965)
Receitas de prestação de serviços	45.424	47.179	Receitas de prestação de serviços	45.424	47.179
Despesas de pessoal	(27.845)	(26.054)	Despesas de pessoal	(27.845)	(26.054)
Outras despesas administrativas	(27.393)	(22.912)	Outras despesas administrativas	(27.393)	(22.912)
Despesas tributárias	(13.174)	(12.270)	Despesas tributárias	(13.174)	(12.270)
Outras receitas operacionais	15.946	6.183	Outras receitas operacionais	15.946	6.183
Outras despesas operacionais	(17.936)	(16.091)	Outras despesas operacionais	(17.936)	(16.091)
Resultado operacional	55.720	9.483	Resultado operacional	55.720	9.483
Resultado não operacional	105	-	Resultado não operacional	105	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	55.825	9.483	Resultado antes da tributação sobre o lucro	55.825	9.483
Imposto de renda e contribuição social	(21.925)	(4.022)	Imposto de renda e contribuição social	(21.925)	(4.022)
Provisão para imposto de renda	(7.614)	-	Provisão para imposto de renda	(7.614)	-
Provisão para contribuição social	(4.755)	-	Provisão para contribuição social	(4.755)	-
Ativo fiscal diferido	(9.556)	(4.022)	Ativo fiscal diferido	(9.556)	(4.022)
Participações estatutárias no lucro	(766)	-	Participações estatutárias no lucro	(766)	-
Lucro líquido do semestre	33.134	5.461	Lucro líquido do semestre	33.134	5.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Semestre		Semestre		
	2019	2018	2019	2018	
Atividades operacionais			Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do semestre	19.418	(114.283)	Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do semestre	19.418	(114.283)
Lucro líquido do semestre	33.134	5.461	Lucro líquido do semestre	33.134	5.461
Depreciações e amortizações	1.700	356	Depreciações e amortizações	1.700	356
Baixas no imobilizado	(12.388)	-	Baixas no imobilizado	(12.388)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.118)	(120.443)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.118)	(120.443)
Outras reservas	195	343	Outras reservas	195	343
Resultado não operacional	(105)	-	Resultado não operacional	(105)	-
Varição de ativos e passivos	(97.913)	2.056.981	Varição de ativos e passivos	(97.913)	2.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do semestre quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2019 e 2018 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no semestre. Em 30 de junho de 2018 a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado. Em 30 de junho de 2019 a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado. Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de "Value at Risk" histórico, simulação de stress, e limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descaimento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

Caixa e equivalentes de caixa	2019		2018	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Disponibilidades	5.456	40.071		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.200.685	3.466.279		
Total	4.206.141	3.506.350		

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 4.200.685 (R\$ 3.316.266 em 2018) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2019			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Títulos para negociação				
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	- 167.844	-	167.844	167.669
	- 167.844	-	167.844	167.669
Vinculados à recompra				
Letras do tesouro nacional	837	-	837	835
	837	-	837	835
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do tesouro nacional	- 300.697	-	300.697	300.208
Cotas de fundos de investimento	19.666	-	19.666	19.666
	19.666	300.697	- 320.363	319.874
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	- 651.215	651.215	651.215
	-	- 651.215	651.215	651.215

Títulos e valores mobiliários	2018			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Títulos para negociação				
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	1.281	-	- 1.281	1.291
	1.281	-	- 1.281	1.291

Títulos e valores mobiliários	2018			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Vinculados à recompra				
Para negociação				
Letras do tesouro nacional	1.266	-	- 1.266	1.277
	1.266	-	- 1.266	1.277
Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do tesouro nacional	371.848	-	- 371.848	373.775
Cotas de fundos de investimento	18.494	-	- 18.494	18.494
	390.342	-	- 390.342	392.269
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	- 231.810	231.810	231.810
	-	- 231.810	231.810	231.810

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 675.665 para o semestre findo em 30 de junho de 2019. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em junho de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

A carteira de debêntures encontra-se registrada na CETIP, atualmente B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
 - **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.
- Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2019			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Ativo - negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	25.670	753	6.781	33.204
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	83.336	56.113	63.870	203.319
Totais por faixa de vencimento em 2019	109.006	56.866	70.651	236.523
Totais por faixa de vencimento em 2018	266.797	217.700	40.096	524.593
				512.559

Instrumentos financeiros derivativos	2019			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Passivo - negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	(1.871)	(22.117)	(17.609)	(41.597)
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	(100.391)	(65.803)	(57.163)	(223.357)
Outros	(1.578)	-	-	(1.578)
Totais por faixa de vencimento em 2019	(103.840)	(87.920)	(74.772)	(266.532)
Totais por faixa de vencimento em 2018	(122.646)	(190.583)	(29.464)	(342.693)
				(335.262)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos	2019			
	Futuros	Termo	Swap	Hedge
Negociação				
- Moeda estrangeira	1.974.722	17.734.173	1.377.898	- 21.086.793
- Taxa de juros	9.484.756	167.526	131.066	- 9.783.348
Hedge - risco de mercado				
- Taxa de juros	-	-	-	142.259
Total 2019	11.459.478	17.901.699	1.508.964	142.259
Total 2018	11.372.851	10.454.735	1.598.020	844.545
				24.270.151

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 320.363 (R\$ 390.342 em 2018), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos e cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado
Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

de 2020. Os itens objeto de *hedge* são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até novembro de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de <i>hedge</i>		
Futuros - DI	134.289	142.259
Objeto de <i>hedge</i>		
Operações de crédito	65.610	69.802
CDB	70.000	72.625

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Resultado com derivativos		
Futuros	63.638	(120.025)
Swaps	12.854	(202.426)
Termo	(67.682)	444.377
Outros	(200)	(318)
Total	8.610	121.608

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2019	2018
Setor privado		
Indústria	698.712	532.352
Comércio	370.534	33.361
Outros serviços	100.445	43.827
Pessoas físicas	37	18
Total (*)	1.169.728	609.558

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 1.112 (R\$ 147 em 2018).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	2019	2018
Indústria	1.701.935	1.374.701
Comércio	1.092.333	608.394
Outros serviços	249.108	133.522
Total	3.043.376	2.116.617

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira		
	%	2019	2018	2019	2018
AA	0%	-	-	1.961.881	770.159
A	0,5%	879	277	175.925	55.442
B	1%	19.575	17.957	1.958.596	1.795.870
C	3%	1.148	961	38.262	32.009
E	30%	23.532	21.809	78.440	72.695
Total		45.134	41.004	4.213.104	2.726.175

c) Vencimento

Vencimento	2019	2018
A vencer até 90 dias	1.473.615	816.523
A vencer de 91 a 360	1.859.791	1.614.052
A vencer acima de 360	879.698	295.600
Total	4.213.104	2.726.175

d) Movimentação da provisão

Provisão	2019	2018
Saldo inicial	48.252	161.447
Constituição	2.002	57.077
Reversão	(5.120)	(177.520)
Saldo final	45.134	41.004

Em 30 de junho de 2019 existem operações renegociadas no montante de R\$ 78.439 (R\$ 72.695 em 2018).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	14.834.699	537.436	7.022.502	179.115
Adiantamentos em moeda estrangeira	(4.981)	-	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	10.237.567	127.415	3.630.986	146.043
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	51.574	-	36.841	-
Total	25.118.859	664.851	10.690.329	325.158
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	10.150.991	156.793	3.825.918	176.935
Obrigações por compra de câmbio	15.048.189	557.841	6.568.385	146.043
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.991.802)	-	(2.079.776)	-
Total	22.207.378	714.634	8.314.527	322.978

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	51.266	8.982	33.416	49.964
Impostos a compensar	9.353	13.137	5.567	15.676
Depósitos judiciais (Nota 15d)	-	139.713	-	107.776
Adiantamentos a funcionários e terceiros	2.121	-	1.520	36
Devedores diversos país	675	4.728	4.766	-
Total	63.415	166.560	45.269	173.452

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2019				Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	711	-	-	-	711
Depósito interfinanceiros	-	92.338	255.790	-	348.128
Depósito a prazo	-	121.688	326.836	178.147	626.671
Captações no mercado aberto - Própria	-	834	-	-	834
Captações no mercado aberto - Terceiros	-	11.998	-	-	11.998
Total por faixas de vencimento em 2019	711	226.858	582.626	178.147	988.342
Total por faixas de vencimento em 2018	320	610.959	1.238.601	558.474	2.408.354

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 1.177.197 (US\$ 735.940 em 2018) que representa R\$ 4.510.549 (R\$ 2.834.196 em 2018), a taxa de juros de até 7,11% ao ano e vencimentos até setembro de 2020, repasses do exterior, no montante de US\$ 294.374 que representa R\$ 1.127.925 (não houve em 2018), a taxa de juros de até 3,79% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 484.909 (US\$ 387.678 em 2018) que representa R\$ 2.089.410 (R\$ 1.494.578 em 2018), a taxa de juros de até 2,7% ao ano com vencimentos até julho de 2019.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	4.449	-	-	6.166
Imposto de renda e contribuição social	12.369	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	1.467	2.933	918	-
Total	18.285	2.933	7.084	-

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	5.204	5.404	7.503	1.619
Provisão para contingências (Notas 15b e c)	-	54.562	-	64.082
Provisão para perdas com avais e fianças	67.761	1.099	32.510	2.720
Diversos	7.011	1.105	11.314	653
Total	79.976	62.170	51.327	69.074

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2019 e 2018, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2018		Baixas/Reversões 30/06/2019	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Trabalhistas	2.625	28	(2.080)	573
Total	2.625	28	(2.080)	573

	31/12/2017		Baixas/Reversões 30/06/2018	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Trabalhistas	15.291	1.067	(3.143)	11.696
Total	15.291	1.067	(3.143)	11.696

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 26.061 (R\$ 20.939 em 2018). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.074 (R\$ 11.449 em 2018). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.334 (R\$ 6.149 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.070 (R\$ 5.927 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R\$ 2.685 (R\$ 2.620 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.689 (R\$ 8.532 em 2018).

c) **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Contingências" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 17.591 (R\$ 17.059 em 2018) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 23.971 (R\$ 23.084 em 2018). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 25.755 (R\$ 24.803 em 2018), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.812 (R\$ 21.280 em 2018),

depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 24.850 (R\$ 23.883 em 2018), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.892 (R\$ 5.684 em 2018), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.726 (R\$ 5.429 em 2018), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.074 (R\$ 11.449 em 2018), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R\$ 29.203 (R\$ 2.973 em 2018), o depósito referente o COFINS foi realizado em maio de 2019. O saldo remanescente de R\$ 14.401 (R\$ 12.275 em 2018) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2019		2018	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	3.134.076	-	61.751	2.335.620
Empréstimos do exterior	-	3.131.520	(57.356)	-
Total	3.134.076	-	4.395	2.335.620

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 4.395 (R\$ 7.314 em 2018).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 458.260, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 60.248 (R\$ 83.380 em 2018).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2019 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	30/06/2019			
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/06/2019
Outras provisões temporárias	50.130	9.216	(9.908)	49.438
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	15.908	85.835	(91.269)	10.474
IR/CS diferido	6.395	7.782	(13.841)	336
Total	72.433	102.832	(115.018)	60.248

Créditos tributários diferidos	30/06/2018			
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Outras provisões temporárias	90.853	36.600	(83.436)	44.017
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	182.496	(143.133)	39.363
Total	90.853	219.096	(226.569)	83.380

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 4.400 (R\$ 918 em 2018).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2019, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2019			
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/06/2019
Ano-calendário 2019	-	-	-	47.913
Ano-calendário 2020	-	-	-	7.170
Ano-calendário 2021	-	-	-	3.491
Ano-calendário 2022	-	-	-	-
Ano-calendário 2023	-	-	-	1.674
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	60.248
Total	-	-	-	60.248

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 56.818 (R\$ 73.940 em 2018), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos semestres.

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	55.825	55.825	9.483	9.483
(-) Participações nos resultados	(766)	(766)	-	-
Resultado antes dos impostos ajustado	55.059	55.059	9.483	9.483
Adições ou exclusões temporárias	(10.185)	(10.185)	(108.116)	(108.116)
Ajuste contábil referente futuros	6.500	6.500	6.203	6.203
Ajuste MTM <i>swap</i> e títulos públicos	(15.146)	(15.146)	1.886	1.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.504	9.504	(106.824)	(106.824)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(3.330)	(3.330)	(3.125)	(3.125)
Provisão para gratificações	(7.300)	(7.300)	(7.679)	(7.679)
Outras adições e exclusões diversas	(413)	(413)	1.423	1.423
Adições ou exclusões permanentes	412	412	22	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Apuração de imposto de renda e contribuição social			
	2019		2018	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.614)	(4.755)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(15.147)	(15.147)	1.885	1.885
Provisões não dedutíveis temporariamente	(1.732)	(1.732)	(116.548)	(4.326)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(13.586)	(13.586)	98.407	98.407
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	(112.222)
Outras diferenças temporárias	6.576	6.576	5.783	5.783
Base tributável diferida	(23.889)	(23.889)	(10.473)	(10.473)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.972)	(3.583)	(2.618)	(1.404)

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	Grau de relação			
	2019		2018	
Ativo/(passivo)				
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(711)	(320)	
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(255.790)	(247.392)	
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(834)	(1.253)	
Empréstimos no exterior	Controladora	(7.416.995)	(3.959.597)	
Outros créditos - câmbio	Controladora	20.667.348	7.741.252	
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(20.672.766)	(7.779.882)	

	Grau de relação			
	2019		2018	
Receitas/(despesas)				
Resultado de câmbio	Controladora	(148.903)	4.043.008	
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	157	157	
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	24.213	23.629	
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(9)	(36)	
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(7.708)	(7.619)	
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(93.103)	568.632	

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 195 (R\$ 343 em 2018), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

20 Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2019		2018	
Serviços prestados por parte relacionada	(7.234)	(7.067)		
Processamento de dados	(4.508)	(3.016)		
Serviços técnicos especializados	(4.317)	(3.338)		
Aluguel	(2.172)	(1.282)		
Serviços do sistema financeiro	(1.980)	(1.572)		
Depreciação e amortização	(1.700)	(356)		

	2019		2018	
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(743)	(702)		
Manutenção e conservação de bens	(713)	(464)		
Despesas de transporte e viagem	(453)	(492)		
Serviços de terceiros	(177)	(264)		
Seguros, água, energia e gás	(102)	(227)		
Outras despesas administrativas	(3.294)	(4.132)		
Total	(27.393)	(22.912)		

21 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 935.067 (R\$ 1.139.717 em 2018). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2019, o valor do índice de Basileia era de 16% (17% em 2018).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 603 (R\$ 424 em 2018).

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 2.394 (R\$ 2.157 em 2018), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 397 (R\$ 540 em 2018), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 685 (R\$ 739 em 2018), reserva de crédito de previdência privada R\$ 4.705 (não havia em 2018) e outras rendas no valor de R\$ 1.771 (R\$ 1.922 em 2018).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 389 (R\$ 1.075 em 2018), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 911 em 2018 e provisão para garantias prestadas R\$ 12.622 (R\$ 13.631 em 2018).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

 Luciana Liberal Sâmia
 Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>